



8. Defesa e segurança da África do Sul contemporânea

Marco Cepik

Luiza Schneider

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de adaptação e de transformação das áreas relacionadas com a defesa e a segurança na África do Sul no período pós-*Apartheid*.¹ Nesse sentido, investigaremos o processo de adaptação e de renovação do setor de segurança e defesa em si mesmo – forças armadas, polícia, serviços de inteligência e institucionalidade governamental –, além de mapear como a África do Sul se posicionou frente a novas ameaças e a um novo contexto regional e continental.

Dessa forma, o trabalho divide-se em três partes principais, precedidas por esta breve introdução. Na seção I discutem-se as instituições da África do Sul, com ênfase particular no setor de segurança e defesa. Além de examinar a estrutura organizacional, há um breve balanço militar e uma análise das capacidades de ramo das forças armadas. Na seção II, inicia-se a investigação do processo de transformação e adaptação acima referido, com ênfase nas novas transformações iniciadas em 2006 e visando a complementar as reformas democratizantes com reformas que também aumentem a capacidade estatal. Na seção III, de considerações finais, foi realizado um mapeamento das novas ameaças que a África do Sul enfrenta, bem como de seu posicionamento regional e continental em matérias de segurança e defesa.

¹ Este trabalho dá continuidade à pesquisa sobre segurança regional na África desenvolvida pelos autores no Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um dos objetivos desse trabalho é revisar e atualizar elementos presentes em Cepik (2009), destacando as perspectivas da África do Sul.

O SETOR DE DEFESA E SEGURANÇA NO GOVERNO DA ÁFRICA DO SUL

A África do Sul é uma república unitária, com um governo central e nove províncias. O presidente é eleito indiretamente pela Assembléia Nacional (câmara baixa), composta de 400 membros eleitos diretamente pela população. Já a câmara alta (Conselho Nacional das Províncias, NCOP) é composta por 90 delegados, ou 09 delegações de 10 representantes de cada província, indicados pelas assembleias provinciais. O sistema eleitoral é proporcional e sua evolução recente tem como marco o *Electoral Commission Act* de 1996 (cf. Deegan, 2000).

Quanto ao setor de segurança, de acordo com a nova Constituição da África do Sul, o Presidente da República é o Chefe de Estado e o Chefe do Governo, exercendo o comando sobre as forças armadas por meio da estrutura hierárquica do gabinete de ministros e do Departamento de Defesa. É importante notar que o desenho constitucional sul-africano dá grande ênfase ao parlamento como arena de recrutamento dos ministros e como instância de formulação e controle das políticas públicas. Em termos institucionais, vale lembrar também que os órgãos mais importantes no sistema de segurança sul-africano são o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Defesa e dos Veteranos Militares, o Ministério da Polícia (antigo Ministério da Segurança) e o Ministério da Segurança Estatal (antigo Ministério dos Serviços de Inteligência).

O Conselho de Segurança Nacional (NSC) foi estabelecido em 2000 e é diretamente ligado à Presidência da República. O Conselho é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Ministros da Polícia, Defesa, Segurança Estatal, Relações Exteriores, Interior (*Home Affairs*), Finanças e Justiça. Outros ministros também podem ser convocados se necessário. O CSN é convocado pelo Presidente para assegurar uma resposta rápida, coordenada e eficaz a assuntos e eventos de caráter urgente e/ou que tenham um impacto relevante na segurança do país. Além disso, cabe ao CSN o desenvolvimento de políticas nacionais de segurança em geral, a indicação para o presidente sobre possíveis ameaças ao país, a aprovação de planos e programas relativos a tais ameaças, a monitoração destes planos e a coordenação com outros governos em situação de crise (Jane's, 2004 & 2009).

O Ministro da Defesa é necessariamente um político indicado pelo presidente dentre os membros da Assembléia Nacional, sendo um

elo-chave na cadeia de comando do setor de defesa. No Departamento de Defesa, os civis são responsáveis pelo Secretariado de Defesa e os militares pelo apoio ao comandante-em-chefe da SANDF (*Chief of the Defence Force*) e ao Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*). O Secretário de Defesa é o principal gestor público no Departamento, responsável pelas finanças, planejamento e relação política como o Congresso. Subordinados ao Comandante da SANDF encontram-se o Comandante de Operações Conjuntas, o Comandante de Suporte Conjunto, o Comandante do Exército, da Marinha, da Força Aérea, do Serviço Militar de Saúde e da Divisão de Inteligência de Defesa. O Inspetor Geral das forças armadas é responsável por realizar auditorias e zelar pelo cumprimento de planos, ordens e a legislação.

O exército sul-africano é composto por dois componentes diversos: uma força regular de tempo integral e uma força de cidadãos (*Citizen Force*), sendo esta última seu contingente de reserva, o qual se tornou totalmente voluntário em 2003 e que anteriormente era formado por conscritos com treinamento regular por doze anos após o período de alistamento. A força regular profissional é organizada em torno de duas brigadas combatentes, uma permanente e totalmente mecanizada (43^a) e outra *part-time* (46^a), motorizada, sendo que ambas recebem elementos especializados (batalhões e unidades menores) conforme a necessidade. Este desenho organizacional por tipos de formação (*formation types*) foi um conceito empregado pela SANDF para suas forças de terra, ar e mar ao longo da última década, mas que agora começa a ser questionado devido às dificuldades de integração *ad hoc* dos elementos especializados. No caso das unidades terrestres, estas formações de artilharia, infantaria, blindados, engenharia, inteligência e outras são organizadas em nível de batalhão ou regimentos (caso das forças especiais) e são subordinadas ao comandante do exército. Além das unidades móveis, o exército conta ainda com cinco forças-tarefa regionais (com os respectivos quartéis-generais localizados em Pretória, Pietersburg, Durban, Port Elizabeth e Cape Town). Embora o exército da África do Sul seja considerado altamente proficiente em manobra, fogo e choque, contando com equipamento moderno e larga experiência operacional, sua doutrina de emprego prevê a utilização de suporte aéreo e artilharia de longa distância. Como não há uma aviação do exército, a SANDF tem feito grandes esforços para melhorar a integração e o desempenho conjunto entre a força aérea e o exército.

Em termos de equipamento, devido ao embargo internacional de armas durante o regime do *Apartheid*, a África do Sul acabou desenvolvendo uma indústria própria de blindados e artilharia que hoje posicionam bem o país em termos mundiais, sobretudo devido a excelência de seu carro *Rooikat*, seu obuseiro G6-52L de 75 km de alcance e seu fuzil calibre 50 NTW-20. Os constrangimentos orçamentários e ajustes do projeto de forças às novas exigências regionais e sistêmicas ainda colocam muitas incertezas, mas até aqui a força terrestre sul-africana manteve um bom equilíbrio quantitativo e qualitativo entre seus efetivos e sistemas (Cepik, 2009; South Africa, 2006).

A Força Aérea (SAAF) é considerada a mais eficaz da África subsaariana, mesmo com as restrições orçamentárias ao longo da década de 1990, o que teve reflexos ao longo de toda a década de 2000. Em termos absolutos, no entanto, a obsolescência de seus principais sistemas e a perda de muitos pilotos treinados afetou muitas de suas capacidades. Em 2003, a SAAF contava com apenas 22 pilotos de combate e a frota inteira estava voando apenas 12 mil horas, contra 60 mil previstas. Desde então a situação melhorou, mas na medida em que a África do Sul assuma papéis mais destacados no provimento de segurança na região ficam evidentes algumas deficiências, tais como a necessidade de contar com algum vetor de interdição de longo alcance, mais aeronaves não-tripuladas (UAVs) e aeronaves de patrulha marítima de longo alcance. Por outro lado, o país conta com excelente capacidade de suporte ao combate terrestre a partir de helicópteros de ataque (16º esquadrão de Roivalks).

Do ponto de vista organizacional, a SAAF é altamente centralizada, com divisões no estado-maior responsáveis pelo comando aéreo, desenvolvimento operacional, preparação da força, desenvolvimento, suporte etc. Do ponto de vista das missões finalísticas, é importante destacar o posto de comando do sul, perto de Cape Town, a partir de onde a SAAF coordena com a marinha todas as suas operações de suporte às operações navais, e também os dois centros de controle do tráfego aéreo e defesa aérea, localizados respectivamente em Pretória e na base aérea de Hoedspruit (Mpumalanga). Além de comandos regionais para a coordenação de operações com o exército e de times móveis de operações aéreas, para deslocamentos fora do território da África do Sul.

A força aérea da África do Sul possui o Cheetah, uma versão ‘indígena’ do Mirage III e do Kfir israelense. Como a aeronave chegou ao

seu limite de vida útil, está sendo substituída por dois tipos de vetores, o Grippen sueco, uma aeronave de alta tecnologia e alto custo, e o Hawk inglês, uma aeronave de ataque e menor tecnologia. O Grippen possui um desempenho análogo ao do F-16 e do MiG-29. Já o Hawk possui uma excelente capacidade de empuxo/carga útil, levando a metade de seu peso em armas, sendo também uma boa alternativa para treinamento. Tanto mais que boa parte da sua produção será nacionalizada. Por outro lado, na medida em que se ampliam os papéis da África do Sul em toda a África subsaariana, fica mais evidente também a lacuna representada pela ausência de quaisquer vetores e capacidades da SAAF nas áreas de patrulha marítima de longo alcance, inteligência de sinais e emissões eletrônicas (SIGINT e ELINT) e busca e resgate (SAR).

A Marinha da África do Sul (SAN) é considerada a única marinha realmente eficaz da África subsaariana (Edmond & Mills, 2000). Entretanto, considerando as dimensões do mar territorial, os compromissos regionais crescentes do país e a importância do comércio marítimo para a economia sul-africana (95% das importações e exportações são transportadas pelo mar), as fragilidades da marinha sul-africana tornaram-se bastante evidentes ao final da década de 1990, o que levou o Departamento de Defesa e a Assembléia Nacional a autorizarem um amplo programa de modernização em 1996/97. (Jane's, 2009).

Trata-se de uma marinha muito pequena, mas tecnologicamente bastante avançada. Seus componentes mais destacados são o submarino convencional Scorpène (209 Type 1400), que poderão ser fabricados sob licença no país, bem como a corveta Merka 200, com características *stealth*. O conceito sul-africano de modernização naval é baseado em alta tecnologia, nacionalização de componentes e produção modular. Em termos navais, a produção modular significa ter um mesmo vaso de superfície cumprindo funções diferentes, com peças intercambiáveis e modelos distintos. Do ponto de vista da composição orgânica, ou seja, a divisão do número de sistemas pelo total dos efetivos, a marinha sul-africana apresenta um bom equilíbrio entre navios de suporte, aeronaves, submarinos e vasos de guerra.

A fim de dar maior agilidade e apoiar mais efetivamente o Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*), a SAN transferiu a maior parte da frota (incluindo a flotilha de submarinos, a aviação naval e os caça-minas) e das suas estruturas de comando e suporte para a base naval de Simon's Town, ao sul da Cidade do Cabo (*Cape Town*). Em Pretória permanecem o Comandante da Marinha e

o Quartel-General Naval. Mesmo com deficiências e limites claros, a SAN tem uma grande importância para a África do Sul e, assim como aconteceu com o Exército, diversos países da região, tais como Namíbia, Moçambique e Tanzânia, pediram auxílio na patrulha de suas zonas marítimas, em operações de resgate e salvamento, assim como em assistência humanitária e treinamento (Solomon, 2004).

Todo este esforço de modernização, reorganização e redesenho das forças armadas a um novo conjunto de missões esbarra hoje em diversos problemas de adequação à realidade dos problemas que afetam a África do Sul, incluindo as altas taxas de incidência HIV-AIDS. Neste contexto, adquire importância destacada a existência de uma estrutura integrada como o Serviço Militar de Saúde (SAMHS), estruturado como uma quarta força singular na SANDF.

Além do Ministério da Defesa, também compõem o aparato de segurança nacional o Ministério da Polícia e o Ministério da Segurança Estatal, uma iniciativa institucional inédita e altamente significativa nos contextos de transição para a democracia. O Ministério da Polícia é responsável pelo serviço de polícia do país, o *South African Police Service* (SAPS). O comissário nacional de polícia reporta-se diretamente ao Ministro da Polícia, enquanto os quatro vice-comissários (inteligência criminal, serviços operacionais, recursos humanos e logística) reportam-se ao comissário. O SAPS tem como principais atividades a prevenção de crimes, a resposta operacional e, por fim, os serviços de investigação. O SAPS colabora regionalmente como membro da *Southern African Regional Police Chiefs Co-operation Organisation* (SARPPCO).

Por sua vez, o Ministério da Segurança Estatal originou-se recentemente (2009) do Ministério dos Serviços de Inteligência, que fora criado em 1994, através do *National Strategic Intelligence Act*. Assim como seu predecessor imediato, o Ministério da Segurança do Estatal subordina as duas agências civis de inteligência mais importantes da África do Sul, a *National Intelligence Agency* (NIA) e o *South African Secret Service* (SASS). No caso da Agência Nacional de Inteligência (NIA), o foco da atuação é interno ao país e/ou na área de contra-inteligência, contando, segundo estimativas de 1999, com aproximadamente 2.500 funcionários. Tem como funções coletar, avaliar e analisar inteligência sobre ameaças internas e atuar na área de contra-inteligência. A NIA também apóia os departamentos (ministérios) do governo quanto às investigações internas no próprio governo. Por sua vez, o Serviço Secreto Sul-Africano (SASS), pelo contrário, tem mandato internacional para

a coleta de inteligência por todos os meios necessários, respeitando-se os acordos diplomáticos e tratados, e conta com, aproximadamente, 1.500 efetivos. O Ministério também conta com um Comitê Nacional Coordenador da Inteligência (NICOC), uma câmara de compensação para compatibilizar as informações das agências civis, policiais e militares a serem encaminhadas para o Presidente da República.

Da transição e das capacidades militares atuais sul-africanas, podemos concluir em uma direção positiva. A transição ainda está em andamento, mas pode-se dizer que ela foi bem menos conflitiva e tensa do que era esperado. O controle civil foi instituído sobre as organizações de segurança, ainda que ele tenha que ser sempre lembrado e alimentado. Por fim, as capacidades militares da África do Sul são robustas, principalmente quando se levam em conta fatores qualitativos. Em relação ao continente africano (30 milhões de Km²), essas capacidades ficam menos óbvias, conforme as projeções de força e intervenções das décadas de 1990 e 2000 demonstraram, sobretudo na área de logística.

O PERÍODO PÓS-*APARTHEID*: TRANSFORMAÇÃO E NOVA TRANSFORMAÇÃO

As transformações na distribuição do poder mundial decorrentes do final da Guerra Fria foram acompanhadas por transformações internas ainda mais profundas na África do Sul. Estas transformações internas, decorrentes do fim do regime do *Apartheid* e da transição para a democracia, modificaram a própria concepção acerca da segurança nacional, a institucionalidade de defesa no governo sul-africano, bem como a estrutura, a missão e a composição das forças armadas do país.

Do ponto de vista conceitual e doutrinário, desde a Constituição de 1996 a África do Sul adotou definições de ameaça e princípios orientadores mais próximos da noção de segurança humana.² Esta ênfase era

² “Formulado em sua máxima abrangência no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) publicado em 1994, o conceito de segurança humana procurou articular uma série de tentativas anteriores de alargar e substituir a noção de segurança nacional vigente durante a Guerra Fria. Desde os anos setenta e oitenta, muitos autores e comissões internacionais vinham falando dos problemas associados à segurança social, segurança ambiental, segurança global (ameaça de holocausto nuclear), segurança alimentar e segurança

compatível com os novos desideratos de igualdade de direitos e respeito aos indivíduos ao final de um período de longo regime ditatorial. Além disso, a idéia de segurança humana no contexto sul-africano favorecia também o esforço de melhorar a prestação de serviços para todos os cidadãos do país, sobretudo nas áreas de bem-estar e segurança, respeitadas as suas diferenças de cor, etnia, língua, religião e opiniões.

A tradução dos princípios constitucionais em prática administrativa foi guiada desde então por dois princípios complementares. Na esfera da segurança e da defesa, o Livro Branco da Defesa de 1996 e suas diversas especificações e revisões posteriores (culminando com a publicação das estratégias de defesa nacional para os períodos 2007-2009 e 2009-2011) orientou a construção de uma capacidade estatal dissuasória baseada em forças convencionais e em esforços diplomáticos para estabilizar e resolver conflitos na região. Na área administrativa, o novo *Bill of Rights* da Constituição sul-africana engendrou uma diretriz comum a toda a administração pública do país, o princípio *Batho Pele* (as “pessoas primeiro” em língua Sotho). Este foi um princípio reitor da melhoria dos serviços públicos para a maioria da população negra da África do Sul, mas também caracterizou várias iniciativas e políticas de ações afirmativas e de reconfiguração da própria composição demográfica dos órgãos públicos, inclusive as forças armadas.

Essa doutrina, tornada pública principalmente através do Livro Branco da Defesa de 1996 e da Revisão de Defesa de 1998 foi um produto primordialmente do entendimento que o CNA e alguns grupos influentes tinham sobre defesa, e que tentava se afastar diametralmente do conceito empregado pelo regime do *Apartheid*.³

Nesse sentido, a nova doutrina enfatizava uma postura menos estatista e mais societária, mas também menos intervencionista depois de décadas de enfrentamentos com os países vizinhos. A doutrina adotada também retirava as SANDF de funções internas, na tentativa de impedir algum abuso de poder do exército na política interna e de emular o

individual (fosse ela ameaçada pela doença, crime ou repressão estatal). Com o final da Guerra Fria e a intensificação dos debates sobre desenvolvimento sustentável no começo da década de noventa, a inclusão de novos temas na agenda de segurança foi reivindicada a partir desse conceito sintético de segurança humana.” (Cepik, 2001:13). Cf. Hammerstad (2005).

³ É importante destacar que o país conta com uma sociedade civil organizada muito robusta, parte da qual foi muito influente na definição doutrinária dos principais conceitos adotados na reforma da segurança nacional sul-africana.

perfil europeu e norte-americano de profissionalismo militar na defesa nacional. Esse segundo desiderato ia ao encontro do desejo das próprias SANDF, cujos oficiais, temerosos de um desmantelamento profundo, apoiaram a idéia de uma força tradicional, direcionada apenas contra ameaças externas.

Porém, os documentos de segurança, inteligência e defesa definidores da identidade sul africana pós-*Apartheid* foram gestados e adotados no auge do otimismo liberal pós-Guerra Fria, ou seja, não previam um aumento dos conflitos e as conseqüentes pressões sobre os efetivos de uma força menor e totalmente profissional. Na verdade, os documentos de doutrina de segurança e defesa não preparavam a África do Sul sequer para atuar em missões de paz.

Desse conjunto de fatores e influências diversas resultou uma força armada excessivamente pequena, conforme argumenta Le Roux (2007:273):

if we accepted the need for a defence force owing to the uncertainties of the future but wanted this defence force to remain disengaged from internal stability matters and did not foresee a significant role for it on the continent, we could only build a defence force based on the logic of 'defence against external aggression' and as this was a remote possibility we needed to build a defence force on the concept of a small conventional core force with the ability for rapid expansion based on a sufficiently large reserve component.

Aos poucos, obstáculos práticos e inconsistências doutrinárias foram se colocando para essa concepção de segurança, criando o que Roux (2004:105-106) chamou de um descompasso entre a política declarada e a executada. Aquele autor aponta três fatores principais que forçaram a adaptação da política de defesa da África do Sul a uma agenda mais tradicional de segurança. Em primeiro lugar, o processo de integração entre as sete forças armadas envolveu também a desmobilização e a perda de quadros com experiência operacional, o que foi um processo mais custoso financeira e institucionalmente do que o previsto. Um segundo fator foi a elevação das taxas de crimes violentos ao longo da década, o que manteve mais de três mil efetivos da SANDF em missões internas de provimento de lei e ordem – e que também não era previsto. Em terceiro lugar, a crescente participação das forças armadas da África do Sul em operações de paz em todo o continente passou a exigir permanentemente cerca de três mil efetivos deslocados somente na República Democrática do Congo e em Burundi, sem falar nas tropas previstas para as missões no Sudão e na Somália.

Com o apoio decisivo de Pretória para a assinatura do Tratado de Defesa Mútua da SADC e a criação de uma Força de Pronto Emprego da União Africana (*African Standby Force*), a tendência é a de que cresçam as exigências de melhoria na capacidade de projeção de força da SANDF. E forças armadas maiores e mais capazes tendem, paradoxalmente, a adotar doutrinas operacionais menos ofensivas justamente devido à necessidade de maior quantidade de reservas e maior equilíbrio entre sistemas e efetivos, inclusive para missões de guarda de fronteiras e outras constabulares.⁴

Esse processo de mudança acelerou-se depois de 2006, com a publicação do documento “*Vision 2020*”. Em particular, o exercito reinstituuiu uma estrutura divisional no lugar da formação por tipos adotada na década de 1990. Também foram reintroduzidas as seções especializadas no âmbito dos estados-maiores (seções G1 a G5), bem como comandos específicos para as forças terrestres, de treinamento e de apoio. Foram criados ainda dez quartéis-generais de brigada, além de um quartel-general divisional para a divisão motorizada e outro para a divisão mecanizada. Por sua vez, a brigada de forças especiais da África do Sul continua a operar sob a autoridade do comandante em chefe do comando conjunto das forças e do próprio presidente. Entre 2008 e 2009, o exército aumentou o número de novos recrutas de três para sete mil (IISS 2008:277).

Como boa parte do equipamento atual do exército está obsoleto ou é insuficiente para as contingências de emprego atualmente existentes (inclusive a participação em missões de paz), há quatro grandes programas de aquisição em curso. Em maio de 2007, por exemplo, o governo aprovou o chamado *Project Hoefystr* para suprir o exército com uma nova geração de veículos de combate para a infantaria (IISS, 2008:280).

De modo geral, na verdade, com a melhoria da situação orçamentária e a recuperação da capacidade de investimento do estado sul-africano a tendência dos últimos anos tem sido a de uma expansão das capacidades estatais na área de segurança nacional, não apenas no âmbito das forças armadas e do exército em particular.

⁴ Vale lembrar que o deslocamento de um efetivo de três mil soldados implica pelo menos o triplo de tropas para manter este nível de prontidão (rotação, treinamento, emergências etc). E isto a um custo de mais de US\$ 155 milhões em 2004. Somente as Missões de Paz já impediriam a vigência completa das noções de segurança humana e defesa sem projeção de força. Cf. Jordaan & Esterhuysen (2004).

O serviço policial, por exemplo, também foi um dos setores governamentais que mais sofreu mudanças recentemente na África do Sul. Afinal, o SAPS além de herdar funções que antes eram de responsabilidade do exército, tais como o patrulhamento rural e fronteiriço, também enfrentou problemas relativos à integração de pessoal. Além disso, um dos pontos mais problemáticos ainda hoje reside na corrupção da polícia, situação geralmente relacionada à baixa qualificação do pessoal e ao tamanho do desafio representado pelo crime organizado.

Na conjuntura da transição de regime, a integração e a constituição de novas forças armadas para o país foram os temas vitais. Sob o Conselho Executivo Transitório (TEC) e depois, sob o Sub-Conselho de Defesa nos anos 1990, foi criado o Comitê Conjunto de Coordenação Militar (JMCC) para delinear e implementar as novas forças de defesa da África do Sul. (ROUX, 2005:240). Na época aquele processo culminou na integração extremamente complexa entre as Forças Armadas da África do Sul (SADF), as forças regulares de quatro dos “bantustões” criados pelo regime segregacionista (Transkei, Venda, Bophuthatswana e Ciskei), além das guerrilhas dos três principais partidos políticos não *afrikaners*, o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan Africanista (PAC) e o Partido da Liberdade Inkhata (IFP). Das três forças irregulares a mais importante para a definição do perfil atual da SANDF foi o braço armado do ANC, conhecido como *Umkhonto we Sizwe* (“lança da nação”) (MK).

Naquele contexto de tensão, o papel das antigas SADF era bastante questionado, pois não se poderia tratar da mera absorção de efetivo por parte da SADF, mas sim de um real processo de adaptação de todas as forças mencionadas acima. Segundo Roux (2005:254), ambas as situações ocorreram. Em parte, o tamanho proporcionalmente maior das SADF perante as outras forças (de um total de 129.000 soldados declarados, 90.000 eram das SADF), assim como seu maior refinamento técnico e institucional orientavam o processo de maneira geral.⁵

Por outro lado, o peso político do ANC e do MK, assim como diversas instituições de controle e *accountability* criadas para vigiar este processo de integração, garantiram que o processo de integração fosse concluído com sucesso. A evolução do processo decisório no país confirma também que há um controle civil efetivo das forças arma-

⁵ Dados disponíveis em: ÁFRICA DO SUL. South African Defence Review. 1998, p 70.

das, principalmente através do *Portfolio Committee of Parliament on Defence* (PCPD) e do *Joint Standing Committee on Defence* no âmbito do parlamento.

Sendo assim, mesmo com algumas dificuldades de treinamento, integração, distribuição de patentes e outras, o fato é que o governo da África do Sul conseguiu montar um quadro de oficiais multirracial e suficientemente coeso para manter a SANDF em condições operacionais em um período de demandas crescentes na região como um todo.

Apesar do relativo sucesso, durante o primeiro período do Governo de Unidade Nacional sob a presidência de Nelson Mandela, e mesmo após a promulgação da nova Constituição em 1996, alguns elementos do oficialato envolvidos na repressão durante o regime anterior ainda resistiram ao novo desenho institucional que acompanhava as mudanças políticas. Entretanto, o imenso prestígio internacional do presidente Mandela, combinado com os penosos trabalhos da Comissão de Verdade e Reconciliação dirigida pelo bispo Desmond Tutu, além do processo de discussão resultante do Livro Branco da Defesa (1996) e também do próprio resultado das eleições gerais de 1999, foram fatores que ajudaram a consolidar as mudanças implementadas.

Ainda que a transição tenha sido um processo geralmente bem-sucedido, o descompasso entre as obrigações das forças armadas, tanto interna como regionalmente, e o desenho organizacional e a capacidade instituídas pelos documentos oficiais é muito claro. Nesse sentido, os próprios sul-africanos perceberam isso e iniciaram uma nova transformação desde 2006.

Para compreender melhor a mudança de contexto regional que, apesar de mais pacífico em termos interestatais, não comprovou as previsões sul-africanas da década de 1990 de um cenário pacífico e sem conflitos e, portanto, com menores obrigações para as SANDF – pelo contrário.

NOVO CONTEXTO, NOVAS AMEAÇAS, NOVAS POSIÇÕES

Depois de décadas de conflito acirrado na região, desde 1994, contudo, com o fim do *Apartheid*, a intensidade destes conflitos de caráter interestatal diminuiu consideravelmente e as ameaças mais plausíveis passaram a ter uma natureza mais abrangente. Aos poucos, a África do Sul foi aderindo às organizações regionais que antes serviam

de elemento coesivo contra ela mesma.⁶ Em 1992, a guerra civil em Moçambique também chegara ao fim, contribuindo para a diminuição da instabilidade regional, o que também aconteceria com Angola em 2002. A partir daí, paulatinamente a esta diminuição nos conflitos interestatais, novas ameaças foram se configurando, inicialmente mais próximas ao conceito de segurança humana – ameaças não necessariamente ligadas ao uso da força entre Estados. Ainda hoje, esses são os desafios mais problemáticos da região e da África do Sul em especial: instabilidade política, tráfico de armas, crime organizado, violência urbana, epidemias de HIV e cólera, xenofobia e imigração ilegal.

Em relação à instabilidade política, os maiores problemas para a África do Sul se encontram na região: Zimbábue, RDC, e em menor grau, Suazilândia e Lesotho. No caso do primeiro, desde a década de 1990, enfrentando dificuldades econômicas e embargos internacionais, o país apresenta cada vez mais problemas de saúde pública, provimento de bens, manutenção da moeda, violência, etc. Apesar do governo de coalizão criado em 2008, a instabilidade política permanece e a situação da população piorou paulatinamente.⁷

⁶ A partir do início da guerra civil na Rodésia do Sul (Zimbábue) no final da década de 1960 e das independências das colônias portuguesas, em 1975, a região da África Austral passou a ter uma dinâmica altamente conflitiva. De um lado, o regime de *Apartheid* na África do Sul, a Namíbia, ocupada pelos sul-africanos e o governo de minoria do futuro Zimbábue. De outro, os governos independentes de Botswana, Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Tanzânia, além dos movimentos de libertação dos países de minoria. Enfrentando um inimigo comum muito poderoso, os países independentes começaram a criar iniciativas de cooperação interestatal, cujo resultado foi o Front Line States (FLS) criado em 1975. Em 1980, tendo em mente a dependência econômica em relação à África do Sul, foi criada a Southern African Development Co-ordination Conference (SADCC), que depois seria o embrião da Southern African Development Community (SADC), criada em 1992.

⁷ Em março de 2008, eleições gerais foram realizadas no Zimbábue, cujo resultado apontou um segundo turno entre Robert Mugabe do ZANU-PF e Morgan Tsvangirai, do Movement for Democratic Change (MDC). O MDC, no entanto, contestou os resultados, acusando o governo de fraude eleitoral. Cinco dias antes do segundo turno, Morgan Tsvangirai renunciou à disputa alegando que partidários do MDC estavam sendo perseguidos e agredidos. Posteriormente, Tsvangirai retornou e novas eleições se realizaram, nas quais o MDC se tornou o partido majoritário no Parlamento. O conflito se manteve latente até que em Setembro de 2008, com muita pressão externa, os partidos concordaram em um governo de coalizão, presidido por Mugabe, mas com Tsvangirai como Primeiro-Ministro, além de uma divisão dos ministérios entre os partidos. A tensão permanece, entretanto, e a paralisia decisória e governamental parece continuar imperando no país. Concomitantemente, a situação econômica do país piora-

Entre 1994 e 2002 o Congo-Kinshasa (atual *République Démocratique du Congo – RDC*) esteve envolvido em uma guerra civil que envolveu tropas regulares e milícias armadas de nove países. Nas várias fases do conflito, desde a derrubada de Mobutu Sese Seko e a chegada ao poder de Laurent-Désiré Kabila em 1997, passando pela rebelião armada contra Kabila (assassinado em 2001), apoiada por Ruanda e Uganda e combatida com o apoio de tropas do Zimbábue, Angola, Namíbia, Chade e Sudão, até as sucessivas violações de acordos de paz entre 1999 e 2006, estima-se que quatro milhões de pessoas tenham morrido.

Mesmo depois da eleição de Joseph Kabila em 2006, a ONU teme que mais de mil pessoas continuem morrendo todos os dias em decorrência dos conflitos, das péssimas condições de vida dos mais de 1,6 milhão de deslocados e refugiados no leste do país, da lenta desmobilização das milícias nas regiões de Ituri e Kivu, bem como em função da atuação de máfias e da extração ilegal de minerais como coltan, cassiterita e diamantes. (IISS, 2007:255). Em 2008, uma nova escalada da violência ocorreu na fronteira com Ruanda, mas foi contida, o que sinaliza para um problema latente naquele país. Para a África do Sul, ele não apenas é um problema de refugiados e de instabilidade, mas também porque mobiliza outros governos da região como aconteceu no fim da década de 1990.

No caso de Suazilândia e Lesotho, problemas de governabilidade e a ausência de democracias mais consolidadas refletem algumas vezes em repressão e violência, além dos problemas crônicos da África Austral relativos ao HIV e à pobreza. No caso do Lesotho, em 1998 a crise política levou a uma intervenção da SADC liderada pela África do Sul, que causou desconforto entre os dois países e especialmente na região.

Uma questão delicada que está relacionada com a situação dos outros países (mesmo aqueles que não apresentam crises políticas como o Zimbábue, mas em que a situação econômica é desfavorável, como Moçambique) é a questão da imigração ilegal, uma preocupação séria de Pretória. Em 2003 já se estimava em mais de três milhões o número de imigrantes ilegais vivendo nas províncias de Limpopo, Mpumalanga e North West. Na mesma época, entravam 100.000 pes-

va, tendo a taxa de inflação atingido números inacreditáveis. (Cf. <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jul/18/zimbabwe>) Em 2009, a moeda foi suspensa e foi permitido o uso de moedas estrangeiras, como o dólar e o rand sul-africano, o que deu alguma estabilidade aos preços.

soas em Botsuana vindas do Zimbábue todos os meses, das quais cerca de 2.500 eram deportadas por mês. Aproximadamente 200.000 pessoas são deportadas da África do Sul anualmente, embora muitos retornem através das fronteiras nem sempre bem controladas. (Jane's, 2009).

Apesar do desenvolvimento da economia sul-africana, principalmente em comparação com as economias da região, essa imigração ilegal não consegue ser absorvida e gera tensões com a população local. Em maio de 2008, as tensões chegaram a um nível altíssimo, com a população imigrante – principalmente a proveniente do Zimbábue e de Moçambique – sendo alvo de violência e perseguição. Em torno de 50 pessoas foram mortas e muitos retornaram aos seus países de origem.⁸

Outro problema que ameaça a África do Sul se relaciona com três fenômenos altamente interligados: tráfico de armas, crime organizado e violência urbana. Podemos afirmar que dois movimentos ocorreram a partir de 1994, *grosso modo*. Primeiramente, com o fim dos chamados bantustões e da segregação racial, houve uma forte migração em direção às grandes cidades e mesmo às cidades médias da população negra. A aberração do *Apartheid* terminava e as cidades sul-africanas começavam a extinguir as áreas de ocupação exclusiva. Como todo processo de migração em massa e, principalmente, de migração em direção às cidades, esse movimento não é acompanhado de um aumento do número de vagas, o que gera pobreza, desemprego e, conseqüentemente, um terreno propício para a violência e para o crime organizado.

Concomitantemente, com o fim das guerras civis em Moçambique e Angola, a quantidade de armas disponíveis na região aumentou muito, o que potencializou essas tendências. Os processos de transição das Forças Armadas e principalmente das forças policiais também contribuíram para isso, assim como os altos níveis de corrupção encontrados nessas organizações.

A deterioração da década de 1990 foi contida, mas as estatísticas continuam extremamente altas. Em setembro de 2006, apesar de quedas pequenas nas taxas percentuais, 18.545 pessoas haviam sido mortas entre abril de 2005 e março de 2006, assim como 54.926 haviam sido estupradas. (Jane's, 2009). Segundo dados do PNUD, entre 2000 e 2004, a taxa de homicídios por 100.000 na África do Sul foi de

⁸ Mais informações sobre a onda de xenofobia na África do Sul, ver relatório especial do jornal sul-africano Mail & Guardian. Disponível em: <http://www.mg.co.za/special-report/xenophobia>

47,5, altíssima se comparada com as taxas de países como a Índia (3,7), o Zimbábue (8,4) ou mesmo Colômbia e Venezuela (33,2), os países mais violentos da América do Sul (PNUD, 2008; Hughes, 2001).⁹

Por fim, outro problema crônico é a pandemia de HIV/AIDS e também o terreno propício para a propagação de outras doenças, como a cólera.¹⁰ No caso da HIV/AIDS, a África Austral é uma das regiões mais afetadas pela doença no mundo. Segundo o programa regional do USAID para HIV/AIDS, em 2007, a região possuía 35% das pessoas contaminadas no mundo e 32% das novas contaminações. (USAID, 2008). Estatísticas assustadoras estão presentes em todos os países da região, como por exemplo, 19,6% da população adulta na Namíbia têm o vírus HIV, assim como 18,8% na África do Sul e 24,1% em Botswana. Apesar do Departamento de Defesa sul-africano alegar que as taxas de contaminação nas forças armadas são compatíveis com a média nacional, em 2002 um pronunciamento no Parlamento sul-africano apontou 60% de soropositivos nas SANDF (Jane's, 2009).

Ainda segundo o USAID (2008), a África do Sul tenta combater este problema investindo 15% do gasto governamental, mas a postura do governo enfrentou alguns problemas. Tanto o ex-presidente Thabo Mbeki como o atual presidente Jacob Zuma já fizeram declarações polêmicas acerca do problema da HIV/AIDS, muitas vezes negando sua gravidade. Kgalema Motlanthe, em sua breve presidência, assumiu o problema e defendeu a cura da HIV/AIDS através de métodos científicos. A pandemia de HIV/AIDS, combinada com as altas taxas de crime violento, faz com que a África do Sul, apesar de seu desenvolvimento, possua uma expectativa de vida média de 51 anos – baixíssima se comparada com as taxas de outros países como o Brasil (71,7) e a Índia (63,7), países de desenvolvimento similar à África do Sul, e mesmo com países muito menos desenvolvidos, como o Sudão (57,4) e o Paquistão (64,6).

Por trás de muitos destes problemas, encontra-se a questão estrutural da pobreza. Na África do Sul, de acordo com o *Human Sciences Research Council*, instituto de pesquisa sul-africano, 57% da popula-

⁹ Estatísticas não disponíveis para o Brasil.

¹⁰ O problema crônico regional na área da saúde também aparece através de outras doenças. Entre 2008 e 2009, teve início no Zimbábue um surto de cólera, que contaminou aproximadamente 100.000 pessoas e matou 5.000, propagando-se pela região rapidamente (a época chuvosa do início do ano contribuiu para isso). Em meados de 2009, o surto foi controlado. Cf. http://www.who.int/csr/don/2009_06_09/en/index.html

ção sul-africana ainda vive abaixo da linha de pobreza. Na região como um todo, 40% da população em média vive com menos de um dólar por dia. (HRSC, 2004). Enquanto essa questão permeia a situação da região como um todo e da África do Sul em específico, muitos dos problemas apontados acima continuarão a ocorrer.

Quando considerados juntamente com os problemas tradicionais de segurança e defesa relativos à defesa do território e à capacidade de projetar poder para defender os interesses de Pretória e/ou da SADC, os chamados novos temas de segurança revelam desafios ainda muito grandes para a transformação do setor de defesa e segurança na África do Sul. Nas considerações finais do texto nos parece importante relacionar tais desafios de transformação com o papel regional que a África do Sul tende a desempenhar no provimento de segurança coletiva para a África.

CONCLUSÕES: O PAPEL REGIONAL DA ÁFRICA DO SUL NA ÁREA DE SEGURANÇA

Se o fim do *Apartheid* deu início a uma nova era na ordem interna, isso também ocorreu no posicionamento externo sul-africano e na dinâmica de segurança regional. A chegada ao poder do CNA e a instituição de um governo de maioria democrático, além de uma preponderância econômica, política e militar, tornavam a África do Sul o líder natural da África Austral.¹¹

Embora o balanço militar regional indique que Angola tenha um número de tanques maior (300 MBTs angolanos para 167 sul-africanos), um número de aeronaves de combate também maior (90 versus 45) e, sobretudo, forças armadas mais numerosas (107 mil versus 56 mil), a qualidade dos equipamentos, organização e doutrina militar da África do Sul garantem ao país a preponderância militar.

Extrarregionalmente, a África do Sul é identificada como a potência regional da África Austral claramente (Schoeman, 2000). Entretanto, se a África do Sul despontava já na década anterior como a principal candidata ao posto de potência regional, este processo não aconteceria sem algum tipo de desconfiança, receio e até mesmo

¹¹ Em 2001, a África do Sul respondia por 35% do PIB de toda a África subsaariana, 52% do investimento externo direto recebido e 31% dos gastos militares registrados (Jane's, 2004:09).

resistência por parte dos outros países (Solomon, 2004). Ainda que o CNA estivesse no poder, o passado muito recente de antagonismo entre os outros países e Pretória impedia a aceitação sem ressalvas. Hammerstad (2005:8) resumiu de forma adequada a situação:

The main reason [to disconsider South Africa as hegemonic in Southern Africa] is the intense rivalry between key SADC states taking place within the SADC security organ. Zimbabwe and Angola, usually with the support of Namibia, have on numerous occasions challenged South African leadership in the peace and security field. They both have sizeable armed forces with, unlike South Africa, combat experience. (...) Zimbabwe and Angola – and to a lesser degree other SADC countries like Namibia, Malawi and Zambia – resented the propelling of South Africa from the region’s pariah to its pivotal state.

Essa resistência ficou clara em alguns episódios. Nos anos iniciais do *Organ on Politics, Defence and Security* (OPDS), órgão responsável pelas áreas de segurança e defesa da SADC, Robert Mugabe relutou em entregar a presidência do órgão a Nelson Mandela e a tensão entre ambos aumentou bastante. Em 1998, a SADC decidiu intervir no Lesoto para conter a crise política e a instabilidade que se anunciavam no país.¹² A operação liderada pela África do Sul gerou muita polêmica entre os países da região, por ser considerada uma intervenção militar e uma violação da soberania do Lesoto.

No mesmo ano, na guerra do Congo, Namíbia, Angola e Zimbábue enviaram tropas teoricamente sob auspício da SADC, apesar do desacordo de outros membros, inclusive da África do Sul. Outro episódio tenso foi a recepção de Jonas Savimbi por Nelson Mandela, logo após a mediação entre o MPLA e a UNITA (Schoeman, 2000). No governo de Thabo Mbeki, as relações também foram tensas, inclusive com acusações por parte de José Eduardo dos Santos de interferência por parte de Pretória. (Jane’s, 2009). Os fantasmas do período do *Apartheid* voltavam a assombrar a região da África Austral e uma percepção de que haveria anseios hegemônicos por parte da África do Sul passava

¹² Segundo Santho (2000), “[Between 1993 and 1998 Lesotho] was characterised by chronic political instability, failure to manage the process of demilitarisation and civil military relations effectively, as well as intraparty conflicts and political party fragmentation. The role, functions and legitimacy of the electoral management system were severely tested. Hence, from this perspective, the 1998 political crisis over the administration and outcome of the election was the most violent manifestation of a multifaceted political crisis with deep socio-economic roots in a stressed socio-political environment.”

a ser estimulada pelos comentadores norte-americanos e europeus de maneira recorrente.

Com a crise instaurada no Zimbábue, obviamente diminuiu a capacidade de Harare disputar influencia com Pretoria. No entanto, concomitantemente, o MPLA venceu a UNITA em Angola e Luanda tentou contrapor a liderança sul-africana.¹³

Com taxas de crescimento expressivas, uma capacidade militar bastante elevada e recursos provenientes da exploração do petróleo, Angola é atualmente o segundo pólo de poder na África Austral. No entanto, problemas crônicos ainda afetam o país, como a falta de infraestrutura, a pobreza em massa, entre outros, o que o impede de desafiar a África do Sul de igual para igual. Os problemas estruturais de Angola são contrapostos pela alta dependência econômica e infra-estrutural que a África Austral tem em relação à África do Sul. Mesmo assim, é mais um indício dos problemas que Pretória enfrenta na região.

Essa resistência também contribuiu para certa hesitação por parte da África do Sul. Na verdade, Schoeman (2000) argumentava sobre o governo Mbeki algo que se observou também durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito às relações do Brasil com a América do Sul:

South Africa's quest for a leadership role in Africa and beyond finds its clearest expression in what has become known as the Mbeki doctrine embodied in the idea of an African Renaissance. What is interesting about this doctrine is the fact that South African leadership in an African revival or rebirth is implied (and very cautiously so), rather than explicitly stated. This may be due to the care South Africa has to take in projecting itself as a leader for fear of rejection by its African peers.

Hammerstad complementa, lembrando que a África do Sul, principalmente sob a presidência de Mbeki, mas também agora de Zuma, tem uma postura bastante cautelosa quanto à interferência em países da África Austral. A “diplomacia discreta” (*quiet diplomacy*) de Mbeki em relação a Robert Mugabe é um bom exemplo desse tipo de cuida-

¹³ A política externa angolana passou a ter uma projeção regional a partir de meados da década de 1990. Com a contínua ineficácia da ONU em conter a UNITA, o MPLA resolveu atacar as bases do movimento de Jonas Savimbi mesmo que fora do território e passou a ter uma postura ofensiva em relação aos regimes que apoiavam o inimigo. Essa foi a principal motivação para a interferência angolana na deposição de Mobutu, no então Zaire.

do. Por outro lado, a Pretória também enfrenta o dilema de equacionar recursos não tão abundantes e dividi-los entre os problemas internos e a ordem regional.

Nesse sentido, a situação da África do Sul seria bastante comparável à situação brasileira, mas com alguns agravantes notáveis: um país que domina todas as estatísticas em comparação com os outros, mas que vive de maneira mais aguda do que o Brasil o dilema de decidir entre a alocação de recursos na ordem regional ou interna (que apresenta problemas gritantes), além de enfrentar de maneira mais efetiva o receio dos países da sua região quanto a uma liderança “natural” da África do Sul. Obviamente, no caso sul-africano os agravantes estão amplamente conectados ao passado da região e da própria integração regional, fundados na luta contra o regime do *Apartheid*.

Nesse sentido, a África Austral também enfrenta desafios similares aos da América do Sul, no sentido de que é muito difícil para os países abdicarem de suas soberanias em prol de instituições supragovernamentais, mantendo-se o caráter limitado e intergovernamental da maioria das iniciativas de integração regional.¹⁴

Para além da ordem regional, a África do Sul é menos ambígua e mais assertiva em sua posição de potência no continente africano. Desta forma, não apenas liderou diversos processos de negociação diplomática e de resolução de conflitos, mas promoveu iniciativas como o NEPAD.¹⁵

Ademais, a SANDF e o SAPS participam em diversas missões de paz, e o país é o 4º maior contribuinte de tropas para esse tipo de operação na África (atrás de Nigéria, Gana e Etiópia). Pretória enviou tropas para a RDC (MONUC), para Burundi (ONUB), para a Etiópia e a Eritreia (UNMEE) e para a Libéria (UNMIL). Ademais, o país é ativo nas políticas regionais de contraterrorismo e combate ao crime organizado (Cf. Hammerstad, 2005; Vadi, 2007).

Existe, portanto, um risco claro de ampliação do hiato entre as ambições e necessidade de liderança da África do Sul no contexto re-

¹⁴ A principal organização de integração regional da África Austral é a SADC, cujo órgão de segurança é o OPDS. Ambos mantêm uma estrutura interestatal cujo foco é a soberania estatal, e, portanto, as decisões são permitidas apenas por consenso.

¹⁵ O *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) surgiu da fusão de dois programas similares, e tem por objetivo auxiliar no desenvolvimento econômico da África. O presidente da África do Sul na época, Thabo Mbeki foi um dos políticos que apoiou esta iniciativa.

gional e sua capacidade militar, policial e de inteligência. Eis porque as mudanças na doutrina, estratégia, organização e capacidades operacionais das SANDF são tão importantes durante a presidência Zuma.

REFERÊNCIAS

- CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul. In: Maria Regina Soares de Lima; Mônica Hirst. (Org.). Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2009, p. 63-118.
- CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas, *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1, 2001.
- DEGAN, Heather. *The Politics of the New South Africa: Apartheid and After*. Harlow-UK, Pearson Education Limited, 2001.
- EDMONDS, Martin & MILLS, Greg [editors]. *South Africa and Naval Power at the Millennium*. Braamfontein, SAIIA/CDISS, 2000.
- HAMMERSTAD, Anne [editor]. *People, States and Regions: Building a collaborative security regime in South Africa*. Braamfontein, SAIIA, 2005.
- HAMMERSTAD, Anne. *South Africa's security engagement in the region: Lessons for IBSA?* Documento de trabalho n.2, Projeto Líderes Regionais e Segurança Internacional, UnB/Ford Foundation, 2005.
- HOUGH, M. & DU PLESSIS, A. & KRUYSS, G P H. [editors]. *Selected Official South African Strategic and Security Perceptions (2001-2007)*. Pretoria, Institute of Strategic Studies, 2007.
- HRSC. *Fact Sheet: Poverty in South Africa*. 2004.
- HUGHES, TIM. *South Africa: the contrarian big African state*. In: CLAPHAM, Christopher & HERBST, Jeffrey & MILLS, Greg [editors]. *Big African States: Angola, Sudan, DRC, Ethiopia, Nigeria, South Africa*. Johannesburg, Wits University Press, 2001.
- IISS. *Military Balance*. 2010.
- JANE'S. *South Africa's Country Profile*. 2004.
- JANE'S. *South Africa's Country Profile*. 2009.
- JORDAAN, Evert & ESTERHUYSE, Abel. *South African Defence Since 1994: The influence of non-offensive defence*. *African Security Review*, Vol. 13, N. 1, 2004.
- KORNEGAY, Francis. *The Geopolitics of IBSA: the South African Dimension*. In: FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO. *Anais da III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí: IBAS*. Brasília, LE ROUX, Len. [ed.]. *South African Army Vision 2020: Security Challenges Shaping the Future South African Army*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2007.
- LE ROUX, Len. *Revisiting the South African Defence Review*. *African Security Review*, Vol. 13, N. 1, 2004.

- LE ROUX, Len. The post-*Apartheid* South African military: transforming with the nation. In.: RUPIYA, Martin. [ed.] *Evolutions and Revolutions: A contemporary history of militaries in Southern Africa*. ISS, 2005.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. 2007.
- SANTHO, Sehoai. *Lesotho: Lessons and Challenges after SADC Intervention*, 1998. Monograph n. 50, ISS, Franco-South African Dialogue. 2000.
- SCHOEMAN, Maxi. South Africa as an emerging middle power, *African Security Review*, Vol. 9, N. 3, 2000.
- SOLOMON, Hussein [edited], *Towards a Common Defence and Security Policy in the Southern African Development Community*. Pretoria, AISA, 2004.
- SOUTH AFRICA. *Annual Report – FY 2005-2006*. Pretoria, Department of Defence, 2006. Disponível em: <http://www.dod.mil.za>.
- SOUTH AFRICA. *South African Defence Review*. Pretoria, Department of Defence, 1998.
- SOUTH AFRICA. *White Paper on Defence*. Pretoria, Department of Defence, 1996.
- USAID. *HIV/AIDS Health Profile: Southern Africa Region*. 2008.
- VADI, Ismal. *Terrorism, Public Policy and Democracy in South Africa*. *Strategic Review for Southern Africa*, volume xxix, number 01, may 2007.